

# História do Pensamento Econômico

Uma Perspectiva Crítica

3ª edição

**E. K. Hunt**

**Mark Lautzenheiser**

**Tradução e Revisão Técnica**

**André Arruda Villela**



ELSEVIER

Do original: History of Economic Thought

Copyright © 2011 by M. E. Sharpe, Inc.

© 2013, Elsevier Editora Ltda.

Tradução autorizada do idioma inglês da edição publicada por M. E. Sharpe

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei n. 9.610 de 19/02/98.

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da Editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

*Copidesque:* Leticia Vendrame

*Revisão:* Carla Camargo

*Editoração Eletrônica:* Thomson Digital

Elsevier Editora Ltda.

Conhecimento sem Fronteiras

Rua Sete de Setembro, 111 - 16º andar

20050-006 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Rua Quintana, 753 - 8º andar

04569-011 - Brooklin - São Paulo - SP

Serviço de Atendimento ao Cliente

0800-0265340

sac@elsevier.com.br

ISBN original: 978-0-7656-2599-1

ISBN 978-85-352-5609-3

**NOTA**

Muito zelo e técnica foram empregados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de digitação, impressão ou dúvida conceitual. Em qualquer das hipóteses, solicitamos a comunicação ao nosso Serviço de Atendimento ao Cliente, para que possamos esclarecer ou encaminhar a questão.

Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoas ou bens originados do uso desta publicação.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

H921h

Hunt, E. K.

História do pensamento econômico / E. K. Hunt, Mark Lautzenheiser ; [tradução de André Arruda Villela]. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

504p.: 24 cm

Tradução de: History of economic thought, 3rd ed.

Inclui índice e bibliografia

ISBN 978-85-352-5609-3

1. Economia - História. I. Lautzenheiser, Mark, 1968-. II. Título.

12-7764.

CDD: 330.09

CDU: 330(09)

23.10.12

30.10.12

040148

## Introdução

Costuma-se dizer que a moderna teoria econômica começou com Adam Smith (1723-1790). Este livro trata das ideias principalmente econômicas desde Smith até hoje. O elemento comum às ideias aqui apresentadas é a preocupação em compreender a natureza do sistema econômico capitalista. Todos os autores que discutiremos buscavam identificar as características que seriam mais importantes para o funcionamento do capitalismo, como o sistema funcionava, o que determinava o volume de produção, qual era a origem do crescimento econômico, o que determinava a distribuição da riqueza e da renda e outras questões pertinentes. Também buscavam avaliar o capitalismo: quão adequado seria o sistema para a satisfação das necessidades humanas? Como poderia ser mudado para melhor atender a essas necessidades?

### Uma Definição de Capitalismo

A afirmação de que as tentativas de compreender o capitalismo começaram com Adam Smith é, naturalmente, muito simplista. O capitalismo como sistema econômico, político e social dominante surgiu muito lentamente, em um período de vários séculos, primeiro na Europa Ocidental e, depois, em grande parte do mundo. À medida que surgia, as pessoas buscavam compreendê-lo.

Para resumir as tentativas de compreender o capitalismo, é necessário, primeiro, defini-lo e, então, rever resumidamente as principais características históricas de seu aparecimento. Deve-se afirmar

desde já que não há consenso geral entre economistas e historiadores econômicos quanto ao que sejam as características essenciais do capitalismo. De fato, alguns economistas sequer acreditam que seja útil definir sistemas econômicos diferentes; eles acreditam em uma continuidade histórica, na qual os mesmos princípios gerais são suficientes para compreender todos os ordenamentos econômicos. Entretanto, a maioria dos economistas concordaria que o capitalismo é um sistema econômico que funciona de modo bem diverso dos sistemas econômicos anteriores e dos sistemas econômicos não capitalistas. Este livro é baseado numa abordagem metodológica que define um sistema econômico segundo o modo de produção no qual se baseia. O modo de produção, por sua vez, é definido pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção.

modo prod

As forças produtivas constituem o que comumente se chamaria tecnologia produtiva de uma sociedade. Essa tecnologia consiste no estado atual do conhecimento técnico ou produtivo, nas especializações, técnicas organizacionais etc., bem como nas ferramentas, implementos, máquinas e prédios usados na produção. Dentro de qualquer conjunto de forças produtivas, deve-se incorrer em determinados custos necessários à manutenção da existência do sistema. Outros recursos, as matérias-primas, devem ser continuamente extraídos da natureza. Maquinaria, ferramentas e outros implementos de produção desgastam-se com o uso e devem ser substituídos. Mais importante ainda é que os seres humanos, que fazem o esforço necessário para assegurar a disponibilidade das matérias-primas e para transformá-las em produtos acabados, devem ter uma quantidade mínima de alimentos, roupas, moradia e outros bens necessários à vida em sociedade.

forças prod

Os modos de produção que não satisfizeram a essas necessidades mínimas de produção contínua desapareceram. Muitos modos históricos de produção conseguiram atender a essas necessidades mínimas durante certo tempo, mas, devido à mudança das circunstâncias, tornaram-se incapazes de continuar a fazê-lo e, conseqüentemente, se extinguiram. A maioria dos modos de produção que continuaram a existir por muito tempo, de fato, tem produzido não apenas o suficiente para atender às necessidades mínimas, mas também um excesso, ou *excedente social*, além dos custos necessários. O excedente social é definido como aquela parte da produção material da sociedade que sobra, após serem deduzidos os custos materiais necessários para a produção.

Exprod  
ca  
exced  
luta de  
classes

O desenvolvimento histórico das forças produtivas tem resultado em uma capacidade sempre crescente de as sociedades produzirem excedentes sociais cada vez maiores. Dentro dessa evolução histórica, cada sociedade tem sido dividida, de modo geral, em dois grupos separados. A maioria das pessoas, em cada sociedade, trabalha exaustivamente para produzir o necessário para sustentar e perpetuar o modo de produção, bem como o excedente social, enquanto uma pequena minoria se apropria desse excedente e o controla. Neste livro, as classes sociais são diferenciadas entre si em função desse fato; as relações sociais de produção são definidas como relações entre essas duas classes. Um modo de produção é, portanto, o conjunto social da tecnologia de produção (as forças produtivas) e os arranjos sociais através dos quais uma classe une suas forças produtivas para produzir todos os bens, inclusive o excedente, e a outra dele se apropria (as relações sociais de produção).

No contexto desse conjunto geral de definições, podemos definir *capitalismo* como o modo particular de produção com o qual os pensadores estudados neste livro têm se preocupado. O capitalismo é caracterizado por quatro conjuntos de arranjos institucionais e comportamentais: produção de mercadorias, orientada para o mercado; propriedade privada dos meios de produção; um grande segmento da população que não pode existir, a não ser que venda sua força de trabalho no mercado; e comportamento individualista, aquisitivo, maximizador, da maioria dos indivíduos dentro do sistema econômico. Cada uma dessas características será discutida brevemente.

2 O DÉFIT DO CAPITAL



VALOR DE USO E VALOR DE TROCA

Prod  
Moeda

No capitalismo, o valor dos produtos do trabalho humano é dado por duas razões distintas. Primeiro, tais produtos têm características físicas particulares, em virtude das quais se tornam utilizáveis e satisfazem às necessidades humanas. Quando uma mercadoria é avaliada por seu uso na satisfação das nossas necessidades, diz-se que tem valor de uso. Todo produto do trabalho humano, em todas as sociedades, tem valor de uso. No capitalismo, os produtos têm valor porque podem ser vendidos no mercado, em troca de dinheiro. Esse dinheiro é desejado porque pode ser trocado por produtos que têm um valor de uso desejado. Na medida em que os produtos têm valor, porque podem ser trocados por moeda, diz-se que eles têm valor de troca. Os produtos do trabalho humano têm valor de troca somente nos modos de produção caracterizados pela produção de mercadorias. Para que a produção de mercadorias exista, é preciso que a sociedade tenha um mercado muito desenvolvido, no qual os produtos possam ser livremente comprados ou vendidos em troca de moeda. Existe produção de mercadorias quando os produtos são fabricados pelos produtores sem qualquer interesse pessoal imediato em seu valor de uso, mas, sim, em seu valor de troca. A produção de mercadorias não é um meio direto de satisfação de necessidades. É um meio de adquirir moeda pela troca de produtos por moeda, que, por sua vez, pode ser utilizada na compra dos produtos desejados por seu valor de uso. Sob tais condições, os produtos do trabalho humano são mercadorias, e a sociedade é caracterizada como voltada para a produção de mercadorias.

Na produção de mercadorias, a atividade produtiva de uma pessoa não tem qualquer ligação direta com seu consumo; ambos devem ser mediados pela troca e pelo mercado. Além disso, uma pessoa não tem qualquer ligação direta com as pessoas que produzem as mercadorias que consomem. Tal relação social também é mediada pelo mercado. A produção de mercadorias implica um alto grau de especialização produtiva, em que cada produtor isolado cria somente uma ou poucas mercadorias, dependendo, assim, de que outros indivíduos, com quem ele não tem qualquer relação pessoal direta, comprem suas mercadorias no mercado. Uma vez que ele tenha trocado suas mercadorias por dinheiro, novamente dependerá de que pessoas com as quais ele não tem relação pessoal direta ofereçam, no mercado, aquelas mercadorias que ele tem de comprar para satisfazer às suas necessidades pessoais.

Nesse tipo de economia, existem inter-relações e dependências econômicas extremamente complexas e que não envolvem interação e associação pessoal direta. O indivíduo interage somente com a instituição social pessoal do mercado, no qual o indivíduo troca mercadorias por moeda e moeda por mercadorias. Conseqüentemente, o que, em realidade, é um conjunto de complexas relações econômicas e sociais entre pessoas é, para cada indivíduo, apenas uma série de relações impessoais entre coisas - isto é, mercadorias. Cada indivíduo depende das forças impessoais do mercado, da compra e venda, ou demanda e oferta, para a satisfação de suas necessidades.

A segunda característica definidora do capitalismo é a propriedade privada dos meios de produção. Isso significa que a sociedade dá a certas pessoas o direito de determinar como matérias-primas, ferramentas, maquinaria e prédios destinados à produção podem ser usados. Tal direito necessariamente implica que outros indivíduos sejam excluídos do grupo daqueles que têm algo a dizer sobre como esses meios de produção podem ser usados. As primeiras defesas da propriedade privada falavam em termos de cada produtor individual possuir - e, portanto, controlar - os meios de sua própria produção. No entanto, muito cedo na evolução do capitalismo, as coisas se desenvolveram de modo diferente. De fato, a terceira característica definidora do capitalismo é que muitos produtores não são proprietários dos meios necessários para a execução de sua atividade produtiva. A propriedade se concentra nas mãos de um pequeno segmento da sociedade - os capitalistas. Um capitalista proprietário não precisava representar qualquer papel direto no processo produtivo, de modo a controlá-lo; a propriedade lhe dava esse controle. E essa propriedade foi o que permitiu ao capitalista apropriar-se do excedente

Troca

M.D.M

Prod  
Priv.  
M=10  
Prod

social. Assim, a propriedade dos meios de produção é a característica do capitalismo que confere à classe capitalista o poder pelo qual controla o excedente social, estabelecendo-se, a partir daí, como classe social dominante.

Essa dominação, é claro, implica a terceira característica definidora de capitalismo – a existência de uma numerosa classe trabalhadora, que não tem qualquer controle sobre os meios necessários para a execução de suas atividades produtivas. No capitalismo, a maioria dos trabalhadores não possui as matérias-primas nem os implementos com os quais produz mercadorias. Isso quer dizer que as mercadorias que os trabalhadores produzem não lhes pertencem, mas sim, aos capitalistas proprietários dos meios de produção. O trabalhador típico entra no mercado possuindo ou controlando somente uma coisa – sua capacidade de trabalho, isto é, a sua força de trabalho. Para se dedicar à atividade produtiva, tem de vender sua força de trabalho a um capitalista. Em troca, recebe um salário e produz mercadorias que pertencem ao capitalista. Desse modo, ao contrário de qualquer outro modo de produção anterior, o capitalismo faz da força produtiva humana uma mercadoria em si mesma – a força de trabalho – e gera um conjunto de condições pelas quais a maioria das pessoas não pode viver, a não ser que sejam capazes de vender a mercadoria de que são proprietárias – a força de trabalho – a um capitalista, em troca de um salário. Com esse salário, podem comprar dos capitalistas somente uma fração das mercadorias que eles mesmos produziram. O restante das mercadorias que produziram constitui o excedente social e é retido e controlado pelos capitalistas.

A quarta e última característica definidora de capitalismo é a de que a maioria das pessoas é motivada por um comportamento individualista, aquisitivo e maximizador. Isso é necessário para o funcionamento adequado do capitalismo. Primeiro, para assegurar uma oferta adequada ao trabalho e facilitar o rígido controle dos trabalhadores, é necessário que produzam mercadorias cujo valor exceda em muito o valor das mercadorias que consomem. Nos primórdios do capitalismo, isso foi conseguido de dois modos. Primeiro, os trabalhadores recebiam salários tão baixos que, com suas famílias, viviam nos limites da mais extrema insegurança e pobreza materiais. O único modo claro de reduzir a insegurança e a pobreza era trabalhar mais horas e mais intensamente, para obter um salário mais adequado e evitar ser forçado a juntar-se ao grande exército de trabalhadores desempregados, que tem sido um fenômeno social sempre presente no sistema capitalista.

À medida que o capitalismo foi evoluindo, a produtividade dos trabalhadores foi crescendo. Eles buscavam organizar-se coletivamente em sindicatos e associações de trabalhadores, para lutar por melhores salários. Por volta do final do século passado e início do século XX, após diversos avanços e inúmeros retrocessos, essa luta começou a surtir algum efeito. Desde então, o poder de compra do salário do trabalhador vem crescendo lenta e firmemente. Em lugar da privação física generalizada, o capitalismo tem sido obrigado a recorrer cada vez mais a novos tipos de motivação, para manter a massa dos trabalhadores produzindo o excedente social. Um novo *ethos* social, às vezes chamado *consumismo*, tornou-se dominante. Caracteriza-se pela crença de que mais renda, por si só, sempre significa mais felicidade.

Os mores sociais do capitalismo têm levado as pessoas a acreditar que praticamente toda necessidade ou infelicidade subjetiva pode ser eliminada comprando-se mais mercadorias. O mundo competitivo e economicamente inseguro no qual se movem os trabalhadores cria sentimentos subjetivos de ansiedade, solidão e alienação. A maioria dos trabalhadores vê como causa desses sentimentos sua própria incapacidade de comprar mercadorias suficientes para fazê-los felizes. Contudo, à medida que recebem salários maiores e compram mais mercadorias, verificam que o sentimento geral de insatisfação e ansiedade continua. Assim, os trabalhadores tendem a concluir que o problema é que o aumento dos salários é insuficiente. Como não identificam a verdadeira origem de seus problemas,

(3)  
TRAB  
PROPR  
D-T

(4)  
COMP  
INDIV

X

caem em um círculo vicioso asfixiante, no qual quanto mais se tem, mais necessidade se sente; quanto mais rápido se corre, mais devagar se parece andar; quanto mais arduamente se trabalha, maior parece ser a necessidade de trabalhar cada vez mais arduamente.

Em segundo lugar, os capitalistas também são induzidos a um comportamento combativo e aquisitivo. A razão mais imediata disso é o fato de que o capitalismo sempre foi caracterizado pela luta competitiva entre capitalistas por fatias maiores do excedente social. Nessa luta sem fim, o poder de cada capitalista depende do volume de capital que ele controla. Se os concorrentes de um capitalista adquirem capital – e, com isso, tamanho e poder econômico – mais rapidamente que ele, maior a probabilidade de ele ter de enfrentar a própria extinção. Assim, sua existência como capitalista depende de sua habilidade em acumular capital pelo menos no mesmo ritmo que os concorrentes. Daí o capitalismo ter sido sempre caracterizado pelo esforço frenético dos capitalistas em obter mais lucro e converter seus lucros em mais capital.

O consumismo entre capitalistas tem sido importante também para o funcionamento adequado do capitalismo. No processo de produção, os capitalistas se apropriam do excedente produzido, a mais-valia, sob a forma de mercadorias. Para que essa mais-valia seja convertida em lucro monetário, essas mercadorias devem ser vendidas no mercado. Pode-se esperar, de modo geral, que os trabalhadores gastem todo o salário em mercadorias, mas seus salários podem comprar só parte das mercadorias produzidas (caso contrário, não haveria qualquer excedente social). Os capitalistas comprarão muitas mercadorias como investimento a acrescentar à sua acumulação de capital. Entretanto, essas duas fontes de demanda jamais foram suficientes para gerar o gasto necessário para os capitalistas, como classe, para venderem todas as suas mercadorias. Portanto, para haver uma procura monetária suficiente para os capitalistas venderem todas as suas mercadorias, é preciso uma terceira fonte de demanda: os gastos crescentes de consumo dos próprios capitalistas.

Quando tal procura não se concretiza, o capitalismo sofre depressões; quando as mercadorias não podem ser vendidas, os trabalhadores são despedidos, os lucros caem, gerando uma crise econômica geral. O capitalismo, através de sua história, tem sofrido crescentes crises dessa espécie. Uma grande preocupação da maioria dos pensadores econômicos discutida neste livro tem sido compreender a natureza e as causas dessas crises e descobrir remédios para eliminá-las ou, ao menos, aliviar seus efeitos.

## A Economia Europeia Pré-capitalista

Para esboçar a evolução histórica do capitalismo, primeiro é necessário dizer algumas palavras sobre o feudalismo – o sistema socioeconômico que precedeu o capitalismo na Europa Ocidental. O declínio da parte ocidental do velho Império Romano deixou a Europa sem as leis e a proteção que o Império oferecia. O vácuo foi preenchido pela criação de uma hierarquia feudal na qual o servo ou camponês era protegido pelos senhores feudais, que, por sua vez, deviam fidelidade e eram protegidos por senhores mais poderosos. Assim se estruturava o sistema, indo até o rei. Os fortes protegiam os fracos, mas a um alto preço. Em troca de pagamento em moeda, alimentos, trabalho ou fidelidade militar, os senhores concediam o feudo – um direito hereditário ao uso da terra – a seus vassallos. Na base estava o servo, que cultivava a terra. A grande maioria da população cultivava, visando à alimentação e ao vestuário, ou criava ovelhas, para obter a lã e o vestuário.<sup>1</sup>

Os costumes e a tradição são a chave para a compreensão das relações medievais. Em lugar de leis, tal qual as conhecemos hoje, o que governava eram os costumes vigentes no feudo. Na Idade Média,

não havia autoridade central forte que pudesse impor o cumprimento de um sistema de leis. Toda a organização medieval baseava-se em um sistema de serviços e obrigações mútuas, envolvendo toda a hierarquia feudal. A posse ou o uso da terra obrigava a certos serviços ou pagamentos costumeiros, em troca de proteção. O senhor estava tão obrigado a proteger o servo quanto este estava obrigado a pagar, em troca, uma parte de sua colheita ou trabalhar para o senhor.

É claro que os costumes eram quebrados; nenhum sistema opera, de fato, tal como a teoria determina. Não se deve, porém, subestimar a força dos costumes e da tradição que determinou a vida e as ideias do povo medieval. As disputas entre servos eram resolvidas na corte do senhor, segundo não só as circunstâncias especiais de cada caso, como também o costume do feudo para tais casos. É claro que, em geral, um senhor decidia a seu favor, em uma disputa entre ele próprio e seu servo. Entretanto, mesmo nessas circunstâncias, especialmente na Inglaterra, um senhor mais poderoso impunha sanções ou punições a um outro que, como seu vassalo, persistentemente violasse os costumes no tratamento dos servos. As regras segundo os costumes do feudo aparecem em profundo contraste, comparadas com o sistema legal e jurídico do capitalismo. O sistema capitalista baseia-se no cumprimento de leis de caráter universalista e contratos, cumprimento esse que só raramente é relaxado por circunstâncias atenuantes ou por costumes que, nos tempos medievais, influenciavam com muito mais frequência o julgamento do senhor feudal.

Até que ponto o senhor feudal podia fazer cumprir seus "direitos" variava muito, de acordo com a época e o lugar. Foi o fortalecimento dessas obrigações e da capacidade dos nobres de fazê-las serem cumpridas por uma extensa hierarquia de vassallos numa região muito grande que acabou levando ao aparecimento dos modernos Estados-nação. Esse processo ocorreu durante o período de transição do feudalismo para o capitalismo. Entretanto, ao longo da maior parte da Idade Média, muitos dos direitos do senhor feudal eram fracos ou incertos, já que o controle político estava fragmentado.

A instituição econômica básica da vida rural medieval era o feudo, no qual havia duas classes distintas: os nobres, ou senhores, e os servos (do latim *servens*, ou "escravo"). Os servos não eram de fato escravos. Ao contrário do escravo, que era uma simples propriedade a ser comprada ou vendida à vontade, o servo não podia ser separado de sua família nem de sua terra. Se seu senhor transferisse a posse do feudo a outro nobre, o servo simplesmente teria outro senhor. Em graus variáveis, no entanto, os servos tinham obrigações que, às vezes, se tornavam pesadas, e das quais, frequentemente, não havia como escapar. Normalmente, o servo estava longe de ser livre.

O senhor vivia do trabalho dos servos que cultivavam seus campos e pagavam impostos em espécie e em moeda, de acordo com o costume do feudo. De forma análoga, o senhor dava proteção, supervisionava e administrava a Justiça, de acordo com o costume do feudo. Deve-se acrescentar que, embora o sistema repousasse na reciprocidade das obrigações, a concentração do poder político e econômico nas mãos do senhor conduzia a um sistema no qual, por qualquer critério, o servo era explorado ao extremo.

Durante a Idade Média, a Igreja Católica era, de longe, o maior proprietário de terras. Embora bispos e abades ocupassem posições semelhantes às de condes e duques, na hierarquia feudal, havia uma importante diferença. Os senhores feudais seculares podiam mudar a sua lealdade de um chefe supremo (*overlord*, no original) para outro, dependendo das circunstâncias e do equilíbrio de poder em questão, mas os senhores religiosos deviam sempre (em princípio, ao menos), em primeiro lugar, uma lealdade à Igreja de Roma. Essa foi também uma época em que o ensino religioso ministrado pela Igreja teve uma influência forte e profunda em toda a Europa Ocidental. Esses fatores combinados fizeram da Igreja a instituição mais próxima de um governo forte e centralizado durante todo esse período.

Assim, o feudo podia ser secular ou religioso (muitos senhores eram vassallos de senhores religiosos e vice-versa), mas as relações básicas entre senhores e servos não eram significativamente afetadas por essa distinção. Existe pouca evidência de que o servo seria tratado menos severamente por senhores religiosos do que por senhores seculares. Os senhores religiosos e a nobreza feudal formavam as classes dominantes; controlavam a terra e o poder dela decorrente. Em troca de apropriações muito pesadas do trabalho, da produção e do dinheiro do servo, a nobreza dava proteção militar e a Igreja, ajuda espiritual.

Além dos feudos, a Europa medieval tinha muitas cidades, que eram importantes centros manufatureiros. Os bens manufaturados eram vendidos aos feudos e, algumas vezes, comercializados no comércio de longa distância. As instituições econômicas dominantes nas cidades eram as guildas – associações artesanais, profissionais e de ofício – que existiam desde o Império Romano. Quem quisesse produzir ou vender qualquer bem ou serviço teria de entrar para uma guilda.

As guildas se envolviam também em questões sociais e religiosas, tanto quanto nas econômicas. Controlavam a vida de seus membros em todas as atividades: pessoais, sociais, religiosas e econômicas. Embora regulassem cuidadosamente a produção e a venda de mercadorias, as guildas se moviam mais voltadas para a salvação espiritual de seus membros do que para a obtenção de lucros. A salvação exigia que o indivíduo vivesse uma vida ordenada, baseada nos costumes e ensinamentos da Igreja. Assim, as guildas exerciam uma poderosa influência como sustentadores do *status quo* nas cidades medievais.

Contudo, a sociedade medieval era predominantemente agrária. A hierarquia social era baseada nos laços do indivíduo com a terra, e o sistema social por inteiro repousava sobre uma base agrícola. No entanto, ironicamente, os aumentos da produtividade agrícola constituíram o ímpeto original para uma série de mudanças profundas, ocorridas ao longo de vários séculos, e que resultaram na dissolução do feudalismo medieval e no início do capitalismo. O mais importante avanço tecnológico da Idade Média foi a substituição do sistema de plantio de dois campos para o sistema de três campos. Embora haja evidência de que o sistema de três campos tenha sido introduzido na Europa já no século VIII, seu uso não se generalizou antes do século XI.

O plantio anual da mesma área esgotava a terra e acabava por torná-la inútil. Assim, no sistema de dois campos, metade da terra era sempre deixada ociosa, de modo que se recuperasse do plantio do ano anterior. Com o sistema de três campos, a terra arável era dividida em três partes iguais. No outono, no primeiro campo, cultivava-se centeio ou trigo de Inverno. Plantava-se aveia, feijão ou ervilha, na primavera, no segundo campo, deixando-se o terceiro campo em repouso. Todo ano, havia uma rotação dessas posições. Assim, um dado trecho da terra teria uma cultura de outono em um ano, de primavera no ano seguinte e descansaria no terceiro ano. Dessa mudança aparentemente simples na tecnologia agrícola resultou um dramático aumento do produto agrícola. Com a mesma quantidade de terra arável, o sistema de três campos aumentou a área cultivada, em qualquer época, em até 50%.<sup>2</sup>

O sistema de três campos induziu a outras mudanças importantes. Plantações de aveia e forragem, na primavera, permitiam a criação de mais cavalos, que começaram a substituir o boi como a principal fonte de energia, na agricultura. Os cavalos eram muito mais rápidos do que os bois e, assim, a área cultivável pôde ser estendida. Maiores áreas cultivadas permitiram que o campo alimentasse centros urbanos mais populosos. Com o cavalo, o transporte de homens, mercadorias e equipamentos tornou-se muito mais eficiente. O próprio ato de arar tornou-se mais eficiente: um arado puxado por uma parrelha de bois exigia três homens para controlá-lo, ao passo que um arado puxado por cavalos poderia ser operado por um homem só. Além disso, no século XIII, o custo do transporte de produtos agrícolas foi substancialmente reduzido, quando a carroça de duas rodas foi substituída pela de quatro

rodas, com eixo dianteiro móvel. Esses melhoramentos na agricultura e no transporte contribuíram para duas mudanças importantes e de longo alcance. Primeiro, tornaram possível um rápido aumento do crescimento da população. As melhores estimativas mostram que a população da Europa dobrou entre 1000 e 1300.<sup>3</sup> Segundo, houve um rápido aumento de concentração urbana, estreitamente ligado à expansão da população. Antes do ano 1000, a Europa era essencialmente constituída de feudos, vilas e algumas poucas cidades pequenas, além de alguns poucos centros comerciais, no Mediterrâneo. Por volta de 1300, já havia cidades grandes e prósperas.

O crescimento das vilas e cidades conduziu ao crescimento da especialização rural-urbana. A produção de bens manufaturados cresceu enormemente, com os trabalhadores urbanos rompendo todos os laços com a terra. Junto com essa crescente produção manufatureira e crescente especialização econômica vieram muitos ganhos adicionais de produtividade. Outro importante resultado da especialização crescente foi o desenvolvimento do comércio inter-regional e de longa distância.

## O Crescimento do Comércio de Longa Distância

Muitos historiadores sustentam que a disseminação do comércio foi a mais importante força para a desintegração do feudalismo medieval. A importância do comércio não pode ser posta em dúvida, mas deve-se destacar que esse comércio não surgiu por acaso ou por fatores completamente externos à economia europeia, como, por exemplo, o aumento dos contatos com os árabes. Ao contrário, vimos, na seção anterior, que esse crescimento do comércio foi sustentado pela evolução econômica interna da Europa. O crescimento da produtividade agrícola significava que o excedente de alimentos e manufaturados tornava-se disponível tanto para os mercados locais quanto para o mercado internacional. A melhoria na energia e no transporte tomou possível e lucrativo concentrar os indivíduos nas cidades, produzir em grande escala e vender os bens produzidos nos mercados mais amplos, de longa distância. Assim, esses desenvolvimentos básicos na agricultura e na indústria foram pré-requisitos necessários para a disseminação do comércio, o que, por sua vez, estimulou mais ainda a expansão urbana e incentivou a indústria.

Entretanto, o crescimento do comércio não pode ser considerado a principal força na dissolução do feudalismo ou na criação do capitalismo. Embora a transição do feudalismo para o capitalismo tenha coincidido com o aumento do comércio na Europa Ocidental, e embora o comércio tenha sido, decididamente, importante para a dissolução do feudalismo e para o crescimento do capitalismo na Europa Ocidental, a intensificação da atividade comercial na Europa Oriental tendeu a contribuir para a consolidação e a perpetuação das relações econômicas e sociais feudais.

Tais efeitos diferenciados do comércio foram devidos à diferença nos estágios de desenvolvimento do feudalismo em que se encontravam as duas regiões. Na Europa Oriental, o feudalismo era um sistema econômico relativamente novo e vigoroso, com considerável potencial econômico de maior desenvolvimento. Nesse contexto, o comércio tendia a ser estritamente mantido subordinado aos interesses da classe feudal dominante. Na Europa Ocidental, o feudalismo tinha atingido, e provavelmente ultrapassado, seu pleno potencial econômico. Muito antes de o comércio começar a ser uma parte significativa da vida da Europa Ocidental, o feudalismo já começara a se dissolver. O impulso inicial dessa dissolução foi o fato de que, a despeito dos aumentos de produtividade, o excedente social se tornava cada vez menor para sustentar uma classe dominante que crescia rapidamente. Isso provocou conflitos cada vez mais sérios e irreconciliáveis dentro da própria classe dominante. No contexto desses conflitos graves entre vários segmentos da nobreza e do clero, o comércio se tornou uma força

Abriu  
Transporte  
Crescimento

Com o Impulso  
Relativo



COMÉCIO DA APROPRIAÇÃO DOS MEIOS DE

## O Sistema Doméstico de Trabalho e o Nascimento da Indústria Capitalista

PROD  
CAU

A medida que o comércio prosperava e se expandia, a necessidade de mais manufaturados e maior confiabilidade na oferta levaram a um crescente controle do processo produtivo pelo capitalista comerciante. Por volta do século XVI, o tipo de indústria artesanal, no qual o artesão era proprietário de sua oficina, de suas ferramentas e matérias-primas e funcionava como um pequeno produtor independente, tinha sido largamente substituído, nas indústrias de exportação, pelo sistema doméstico de trabalho. No início da utilização desse sistema, o capitalista comerciante fornecia a matéria-prima ao artesão independente e lhe pagava uma quantia para transformá-la em produtos acabados. Desse modo, o capitalista era proprietário do produto ao longo de todo o processo de produção, embora o trabalho fosse feito em oficinas independentes. Já em épocas mais avançadas de utilização desse sistema, o capitalista comerciante era proprietário das ferramentas e máquinas e, frequentemente, do prédio onde a produção tinha lugar. Ele contratava os trabalhadores para usar as ferramentas, fornecia-lhes a matéria-prima e recebia o produto acabado.

O trabalhador já não vendia um produto acabado ao comerciante. Vendia somente seu próprio trabalho. As indústrias têxteis estavam entre as primeiras em que o sistema doméstico de trabalho se desenvolveu. Tecelões, fiandeiros, pisoeiros e tintureiros se encontravam em uma situação em que sua ocupação, e, portanto, sua capacidade de sustentar a si mesmo e suas famílias, dependia dos capitalistas comerciantes, que tinham de vender o que os trabalhadores produziam a um preço suficientemente alto para pagar salários e outras contas e ainda obter lucro.

O controle capitalista foi, então, estendido ao processo de produção. Ao mesmo tempo, foi criada uma força de trabalho que possuía pouco ou nenhum capital e nada tinha a vender, a não ser sua força de trabalho. Essas duas características marcam o surgimento do sistema econômico do capitalismo. Alguns autores e historiadores têm afirmado que o capitalismo já existia, quando o comércio e o espírito comercial se expandiram e se tornaram dominantes na Europa. O comércio, entretanto, existiu ao longo de toda a era feudal. Contudo, enquanto a tradição feudal permaneceu como o princípio organizador da produção, o comércio foi, na realidade, mantido fora do sistema econômico e social. O mercado e a busca de lucro monetário substituíram os costumes e a tradição, na determinação de quem executaria certa tarefa, como seria executada essa tarefa e se os trabalhadores poderiam ou não encontrar trabalho para o seu sustento. Quando isso ocorreu, o sistema capitalista foi criado.<sup>6</sup>

O capitalismo só se tornou dominante quando as relações entre capitalistas e trabalhadores, existentes nas indústrias de exportação do século XVI, foram estendidas à maioria das outras indústrias da economia. Para que tal sistema se desenvolvesse, a autossuficiência econômica do feudo tinha de ser quebrada e as tradições e os costumes feudais esvaziados ou destruídos. A agricultura tinha de se tornar um risco capitalista, no qual os trabalhadores vendessem seu trabalho aos capitalistas, e os capitalistas só comprassem trabalho se esperassem obter lucro no processo.

Existia uma indústria têxtil capitalista em Flandres, no século XIII. Quando, por várias razões, sua prosperidade começou a declinar, a riqueza e a pobreza que tinha criado provocaram uma longa série de violentas guerras de classes, começando por volta de 1280, que quase destruiu completamente a indústria. No século XIV, uma indústria têxtil capitalista prosperou em Florença. Tal como em Flandres, as condições adversas dos negócios conduziram a tensões entre uma classe trabalhadora miserável e seus ricos empregadores capitalistas. Essas tensões resultaram em rebeliões violentas, em 1379 e 1382. A incapacidade de resolver tais antagonismos de classes agravou significativamente o rápido declínio da indústria têxtil florentina, tal como já tinha ocorrido em Flandres.

No século XV, a Inglaterra dominava o mercado têxtil mundial. Sua indústria têxtil capitalista tinha resolvido os problemas de conflito de classes, interiorizando-se. Enquanto as indústrias têxteis capitalistas anteriores, de Flandres e Florença, se localizavam em cidades densamente povoadas, nas quais os trabalhadores eram mantidos juntos e a resistência organizada era fácil de ser iniciada, as tecelagens inglesas estavam espalhadas pelo interior. Isso significava que os trabalhadores estavam isolados em pequenos grupos e não havia possibilidade de desenvolverem qualquer resistência organizada.

Entretanto, o novo sistema, em que os ricos proprietários do capital empregavam artesãos desprovidos de bens, era, antes, um fenômeno mais urbano do que rural. Desde o começo, essas empresas capitalistas buscavam posições monopolistas, controlando a demanda por seus produtos. O surgimento das guildas patronais, ou associações de comerciantes capitalistas empregadores, criou inúmeras barreiras para proteger a posição desses empregadores. Diferentes tipos de associações, com privilégios especiais e isenções para os filhos dos ricos, taxas elevadas pagas pelos seus membros e outras barreiras impediam os artesãos ambiciosos, porém mais pobres, de competir com a nova classe capitalista ou dela fazer parte. Na verdade, essas barreiras, de modo geral, resultaram na transformação dos artesãos mais pobres e seus filhos em uma nova classe trabalhadora urbana, que vivia exclusivamente de sua força de trabalho.

Fonte:  
DA  
CLAS  
TMS

## O Declínio do Sistema Senhorial

Antes, porém, que um sistema capitalista completo surgisse, a força das relações de mercado capitalistas deveria invadir a herdade senhorial, o bastião do feudalismo. Isso aconteceu em decorrência do enorme incremento de população nas novas cidades comerciais. As grandes populações urbanas dependiam da agricultura para obter alimentos e grande parte das matérias-primas para as indústrias de exportação. Essas necessidades estimulavam especializações urbanas e rurais e um grande fluxo de comércio entre o campo e a cidade. Os senhores feudais começaram a depender das cidades para conseguir bens manufaturados e procuravam cada vez mais os bens de luxo que os mercadores podiam vender.

Os camponeses do feudo também descobriram que poderiam trocar excedentes por dinheiro, nos mercados locais de cereais; o dinheiro poderia ser usado para pagar -taxas ao senhor feudal, em lugar do trabalho forçado. Essa comutação, quase sempre, transformava o camponês em um pequeno negociante independente. Ele poderia arrendar terras do senhor, vender seus produtos para cobrir o aluguel e reter a receita excedente. Esse sistema dava ao camponês maior incentivo para produzir e, portanto, aumentar seus excedentes comercializáveis, o que induzia a mais comutação, maiores vendas subsequentes e assim por diante. O efeito cumulativo foi um rompimento gradual dos laços feudais, substituídos pelo mercado e pela busca do lucro como os princípios organizadores da produção. Por volta de meados do século XIV, os aluguéis pagos em dinheiro já excediam o valor dos serviços compulsórios em muitas partes da Europa.

Outro fator que levou as forças de mercado ao setor rural, estreitamente ligado à comutação, foi a alienação do domínio dos senhores feudais. Os senhores feudais que necessitavam de dinheiro para comprar bens manufaturados e bens de luxo começaram a arrendar suas próprias terras a camponeses em lugar de trabalhá-las diretamente, utilizando o serviço obrigatório do servo. Esse processo induziu a uma situação na qual o senhor feudal simplesmente passava a ser um proprietário rural, no moderno sentido do termo. De fato, muito frequentemente ele se tornava ausente, na medida em que muitos senhores preferiam mudar para as cidades ou estavam longe, na guerra.

Fonte:  
2003  
LAC 13  
0-0-0

O esfacelamento do sistema feudal, todavia, se originou mais diretamente de uma série de catástrofes, no final do século XIV e no século XV. A Guerra dos Cem Anos, entre a França e a Inglaterra (1337-1453), estabeleceu a inquietação e a desordem geral, nesses dois países. A "Peste Negra" foi ainda mais devastadora. Às vésperas da epidemia de 1348-1349, a população inglesa atingira 4 milhões de habitantes. No início do século XV, após os efeitos das guerras e das epidemias, a população da Inglaterra mal atingia 2,5 milhões de habitantes. Isso era bastante representativo do que acontecia em outros países europeus. O despovoamento provocou uma enorme falta de mão de obra, e os salários de todos os tipos de trabalho se elevaram abruptamente. O aluguel da terra, agora relativamente abundante, começou a cair.

Tais fatos levaram a nobreza feudal a uma tentativa de anular as comutações que tinham concedido e restabelecer os serviços obrigatórios dos servos e camponeses (camponeses eram antigos servos que tinham atingido certo grau de independência e liberdade das restrições feudais). Descobriram, entretanto, que não se podia mais voltar à situação anterior desejada. O mercado tinha se estendido às regiões rurais e com ele aumentara a liberdade, a independência e a prosperidade dos camponeses. Esses resistiam muito aos esforços para restabelecer as antigas obrigações, e essa resistência não ficou sem resposta.

Como resultado, houve as famosas revoltas de camponeses, que explodiram em toda a Europa, do final do século XIV ao princípio do século XVI. Essas rebeliões se caracterizavam por sua extrema crueldade e ferocidade. Um escritor francês dessa época descreveu um bando de camponeses que mataram "um cavaleiro, atravessaram seu corpo com um espeto e assaram-no vivo, diante de sua esposa e filhos. Dez ou doze deles violentaram a mulher e a obrigaram a comer da carne do marido. Então, mataram-na e às suas crianças. Por onde essa gente desgraçada passava, destruía casas firmes e sólidos castelos".<sup>2</sup> Ao final, os camponeses rebeldes foram dizimados com igual ou maior crueldade e ferocidade pela nobreza.

A Inglaterra experimentou uma sucessão de tais revoltas, do final do século XIV ao século XV. No entanto, as revoltas ocorridas na Alemanha, no princípio do século XVI, foram provavelmente as mais sangrentas. A rebelião camponesa de 1524-1525 foi esmagada pelas tropas imperiais do Sacro Imperador Romano, que dizimou milhares de camponeses. Provavelmente só na Alemanha foram mortas mais de 100 mil pessoas.

Essas revoltas foram aqui mencionadas para ilustrar o fato de que as mudanças fundamentais na estrutura política e econômica, frequentemente, só são conseguidas após conflitos violentos e traumatizantes. Qualquer sistema econômico gera uma ou mais classes, cujos privilégios dependem da continuação desse sistema. Essas classes fazem de tudo para resistir a mudanças e proteger suas posições, como é natural. A nobreza feudal desencadeou uma reação selvagem contra o novo sistema capitalista de mercado, mas as forças da mudança agastaram completamente essa reação. Embora as mudanças importantes tenham sido introduzidas pelos comerciantes em ascensão e a pequena nobreza, os camponeses foram as tristes vítimas políticas das convulsões sociais consequentes. E, ironicamente, eles estavam, na maioria das vezes, lutando para proteger o *status quo*.

## O Surgimento da Classe Trabalhadora

O início do século XVI é um divisor de águas na História da Europa. Marca a tênue linha divisória entre a ordem feudal decadente e o sistema capitalista que surgia. Após 1500, mudanças econômicas e sociais importantes começaram a ocorrer com maior frequência, cada uma reforçando a anterior, e

todas juntas conduzindo ao capitalismo. Entre as mais importantes estavam aquelas que criavam uma classe trabalhadora sistematicamente privada do controle sobre o processo de produção e forçada a uma situação em que a venda de sua força de trabalho era a única possibilidade de sobrevivência. A população da Europa Ocidental, que tinha permanecido relativamente estagnada durante um século e meio, aumentou em quase um terço, no século XVI, chegando a 70 milhões em 1600.

O aumento na população foi acompanhado pelos *movimentos dos cercamentos*, que começou na Inglaterra, já no século XIII. A nobreza feudal, cada vez mais necessitada de dinheiro, cercava ou fechava terras até então usadas como pasto comum, utilizando-a, então, como pasto de ovelhas, para satisfazer à explosiva demanda por lã pela indústria têxtil lanífera inglesa. As ovelhas davam bons lucros e exigiam um mínimo de trabalho nas pastagens.

O movimento dos cercamentos atingiu seu ponto máximo nos séculos XV e XVI, quando, em algumas áreas, de 3/4 a 9/10 dos habitantes foram expulsos do campo e forçados a buscar sustento nas cidades. Ondas subsequentes de cercamento continuaram até o século XIX. Os cercamentos e o crescimento populacional destruíram os laços feudais remanescentes, criando uma grande e nova força de trabalho – uma força de trabalho sem terra, sem quaisquer ferramentas ou instrumentos de produção, apenas com a força do trabalho para vender. Essa migração para as cidades significava mais trabalho para as indústrias capitalistas, mais homens para os exércitos e marinhas, mais homens para colonizar novas terras e mais consumidores ou compradores potenciais de produtos.

Mas os cercamentos e o aumento populacional não foram, de modo algum, a única origem da nova classe operária. Inúmeros camponeses, pequenos proprietários de terra e membros da pequena nobreza foram à falência com os exorbitantes aumentos dos aluguéis monetários. Dívidas acumuladas que não podiam ser saldadas arruinaram muitos outros. Nas cidades maiores e menores, as guildas passaram a preocupar-se cada vez mais com os níveis de renda de seus membros. Era óbvio, para os artesãos e mercadores das corporações, que os passos dados para minimizar o número de seus membros serviriam para monopolizar seus ofícios e para aumentar suas rendas. Um número cada vez maior de produtores urbanos passou a não ter direito a ter qualquer meio de produção independente, à medida que as guildas ficavam mais exclusivas. Assim, uma parcela considerável da nova classe trabalhadora foi criada nas cidades pequenas e grandes.

Muitos agricultores e artesãos, que tinham sido, então, expulsos da terra e impedidos de ter acesso a seus meios originais de produção, tornaram-se vadios e mendigos. Um número ainda maior procurou garantir sua subsistência, apossando-se ilegalmente de terras marginais e não usadas, onde podiam plantar para seu próprio uso. Foram aprovadas leis extremamente repressivas contra esse tipo de lavoura e contra a vadiagem. Assim, quando a força, a fraude e a morte pela fome foram insuficientes para criar a nova classe trabalhadora, lançou-se mão de estatutos criminais e repressão do governo.

## Outras Forças na Transição para o Capitalismo

Outras forças de mudança também foram instrumentais na transição para o capitalismo. Entre elas estava o despertar intelectual do século XVI, que promoveu o progresso científico, que logo foi aproveitado na prática da navegação. O telescópio e a bússola permitiram que os homens navegassem com muito mais precisão, cobrindo distâncias muito maiores. Isso levou às Grandes Descobertas. Em um curto período, os europeus tinham mapeado rotas marítimas para as Índias, a África e as Américas. Essas descobertas tiveram uma dupla importância: primeiro, resultaram num fluxo rápido e intenso de metais preciosos para a Europa; em segundo lugar, anunciaram uma época de colonização.

CERCA  
MOVIS  
E  
COM  
DO  
LUGOS  
SUA

27  
CUB  
CUBI

Entre 1300 e 1500, a produção de ouro e prata, na Europa, tinha estagnado. O comércio capitalista, que se expandia rapidamente, e a extensão do sistema de mercado para a cidade e o campo tinham provocado uma escassez aguda de moedas. Como eram basicamente de ouro e prata, a necessidade desses metais era crítica. A partir mais ou menos de 1450, essa situação foi aliviada um pouco, quando os portugueses começaram a extrair metais da Costa do Ouro, na África, mas a escassez geral continuou até meados do século XVI. Daí em diante, houve uma entrada tão grande de ouro e prata vindos das Américas, que a Europa experimentou a inflação mais rápida e duradoura de sua história.

Durante o século XVI, os preços subiram, na Europa, entre 150% e 400%, dependendo do país ou da região. Os preços dos produtos manufaturados aumentaram muito mais rápido do que os aluguéis ou os salários. De fato, a disparidade entre preços e salários persistiu até fins do século XVII. Isso quer dizer que a classe dos proprietários de terras (ou a nobreza feudal) e a classe trabalhadora sofreram, porque suas rendas subiram menos rapidamente do que suas despesas. A classe capitalista foi a grande beneficiária da revolução dos preços. Recebeu lucros cada vez maiores e pagou salários reais cada vez mais baixos, comprando matérias-primas que se valorizavam muito durante o tempo em que eram mantidas em estoque.

Esses lucros maiores foram acumulados como capital. O capital inclui os materiais necessários à produção e ao comércio e consiste em todas as ferramentas, equipamentos, fábricas, matérias-primas, produtos em elaboração, meios de transporte dos produtos e dinheiro. Existem meios físicos de produção em todos os tipos de sistema econômico, mas eles só podem tornar-se capital em um contexto social em que existam as relações sociais necessárias à produção de mercadorias e à propriedade privada. Assim, o capital refere-se a mais do que simples objetos físicos; refere-se a um conjunto complexo de relações sociais. Em nossa discussão anterior, vimos que uma das características que definem o sistema capitalista é a existência de uma classe de capitalistas que possui o capital. É em virtude da propriedade deste capital que ela auferir seus lucros. Esses lucros são reinvestidos ou usados para aumentar o capital. Essa acumulação de capital leva a mais lucros, que, por sua vez, levam a mais acumulação, e o sistema continua em uma espiral ascendente.

O termo *capitalismo* descreve de modo bastante correto esse sistema de busca de lucro e de acumulação de capital. A propriedade do capital é a fonte dos lucros e, daí, a fonte de mais acumulação de capital. Contudo, esse processo do "ovo e da galinha" teria de ter um começo. A acumulação inicial substancial ou acumulação primitiva de capital ocorreu no período que está sendo considerado. As quatro fontes mais importantes de acumulação inicial de capital foram: (1) o volume do comércio, que cresceu rapidamente; (2) o sistema industrial de produção doméstica; (3) o movimento dos cercamentos; (4) a grande inflação de preços. Havia muitas outras fontes de acumulação inicial de capital, algumas das quais eram menos respeitáveis e, muitas vezes, esquecidas – por exemplo, a pilhagem colonial, a pirataria e o comércio de escravos.

Durante os séculos XVI e XVII, o sistema doméstico de trabalho foi ampliado até tornar-se comum em quase todos os tipos de indústria. Embora ainda não fosse o tipo moderno de produção fabril, o maior grau de especialização do sistema permitiu significativos aumentos de produtividade. Os avanços técnicos da construção naval e da navegação também baixaram os custos do transporte. Assim, durante esse período, a produção e o comércio capitalista prosperaram e cresceram muito depressa. A nova classe capitalista (classe média ou burguesia) substituiu, lenta, porém inexoravelmente, a nobreza como classe que dominava o sistema econômico e social.

O aparecimento dos novos Estados-nação assinalou o começo da transição para uma nova classe dominante. Os novos monarcas, em geral, procuravam o apoio da classe capitalista burguesa, em seu esforço de derrotar seus rivais feudais e unificar o estado sob o mesmo poder central. Essa unificação

Entre 1300 e 1500, a produção de ouro e prata, na Europa, tinha estagnado.

Esses lucros maiores foram acumulados como capital.

libertou os mercadores do emaranhado feudal de regras, regulamentos, leis, pesos, medidas e moedas diferentes; consolidou muitos mercados; e deu proteção militar aos empreendimentos comerciais. Em troca, o monarca dependia dos capitalistas para as tão necessárias fontes de receita.

Embora a Inglaterra tenha sido nominalmente unificada muito antes, só foi unificada, de fato, quando Henrique VII (1485-1509) iniciou a dinastia dos monarcas Tudor. Henrique VIII (1509-1547) e Elizabeth I (1558-1603) conseguiram completar o trabalho de construção da nação apenas porque tiveram o apoio do Parlamento, que representava as classes médias dos condados e cidades. Nas revoluções de 1648 e 1688, a supremacia do Parlamento, ou da classe média burguesa, foi finalmente estabelecida.

Os outros Estados-nação capitalistas importantes também surgiram nessa época. Na França, Luís XI (1461-1483) foi o primeiro rei a unificar efetivamente a França, desde a época de Carlos Magno. O casamento de Fernando de Aragão e Isabela de Castilha, em 1469, e a posterior derrota por eles infligida aos mouros, levaram à unificação da Espanha. A República Holandesa – o quarto dos Estados-nação importantes – só conseguiu sua independência em 1690, quando acabou expulsando os opressores espanhóis.

Em fins do século XVI e início do século XVIII, quase todas as grandes cidades da Inglaterra, França, Espanha e dos Países Baixos (Bélgica e Holanda) já tinham se transformado em prósperas economias capitalistas, dominadas pelos mercadores capitalistas, que controlavam não só o comércio, mas também grande parte da indústria. Nos modernos Estados-nação, coalizões de monarcas e capitalistas tinham retirado o poder efetivo da nobreza feudal de muitas áreas importantes, principalmente nas relacionadas com a produção e o comércio. Essa época do início do capitalismo é conhecida como *mercantilismo*.

Forma  
Orc  
EST.  
YACIN

## O Mercantilismo

A fase inicial do mercantilismo – geralmente chamada *bulionismo* – originou-se no período em que a Europa estava passando por uma aguda escassez de ouro e prata em barra, não tendo, portanto, moeda suficiente para atender ao volume crescente do comércio. Foram estabelecidas políticas bulionistas para atrair ouro e prata para um país e mantê-los no próprio país, proibindo-se sua exportação. Essas restrições duraram desde o fim da Idade Média até os séculos XVI e XVII.

A Espanha – o país para onde foi quase todo o ouro das Américas – aplicou restrições bulionistas por mais tempo e impôs a punição mais severa para a exportação de ouro e prata: a morte. Contudo, as necessidades do comércio eram tão urgentes e os lucros com a importação de mercadorias estrangeiras poderiam ser tão altos, que até na Espanha os mercadores capitalistas conseguiram subornar funcionários corruptos ou contrabandear grandes quantidades de barras de ouro e prata para fora do país. O ouro e a prata espanhóis logo penetraram em toda a Europa, tendo sido, em larga medida, responsáveis pelo longo período de inflação já descrito. A Espanha só legalizou a exportação de ouro e prata muito depois de as restrições bulionistas terem sido suspensas na Inglaterra e na Holanda, em meados do século XVI.

Após uma época bulionista, a vontade dos mercantilistas de maximizar o ouro e a prata dentro de um país assumiu a forma de tentativas dos governos para conseguir um saldo favorável na balança comercial, quer dizer, ter mais moeda entrando no país do que dele saindo. Assim, as exportações de bens, bem como o transporte e os seguros (quando feitos por cidadãos do país e pagos por estrangeiros) foram estimulados, e as importações de bens e os custos de transporte e seguros pagos a estrangeiros foram desestimulados.

Um dos tipos mais importantes de política destinada a aumentar o valor das exportações e diminuir as importações foi a criação de monopólios comerciais. Um país como a Inglaterra poderia comprar mais barato (de uma área atrasada, por exemplo) se apenas um mercador inglês barganhasse com os estrangeiros, em vez de vários mercadores ingleses concorrentes pressionarem a elevação dos preços, na tentativa de ficar com o negócio. Analogamente, os mercadores ingleses poderiam vender suas mercadorias aos estrangeiros a preços muito mais altos se houvesse apenas um vendedor, em vez de vários vendedores, baixando o preço para atrair os fregueses de seus concorrentes.

O governo inglês podia proibir os mercadores ingleses de concorrer numa área em que um desses monopólios tivesse sido concedido. Todavia, era muito mais difícil manter afastados os mercadores franceses, holandeses ou espanhóis. Vários governos procuraram excluir esses mercadores estrangeiros rivais, estabelecendo impérios coloniais que podiam ser controlados pela metrópole, para assegurar um monopólio comercial. As possessões coloniais poderiam, com isso, fornecer matérias-primas baratas à matriz e delas comprar produtos manufaturados caros.

Além de estabelecer monopólios, todos os países da Europa Ocidental (exceto a Holanda) aplicavam extensos regulamentos às atividades de exportação e importação. Esses regulamentos talvez fossem mais amplos na Inglaterra, onde os exportadores que achavam difícil concorrer com os estrangeiros recebiam devoluções de impostos ou, como se isso não bastasse, recebiam subsídios. Uma grande lista de matérias-primas pagava imposto de exportação, para que não saíssem da Inglaterra. Assim, o preço que os mercadores-industriais ingleses tinham de pagar por essas matérias-primas seria minimizado. Às vezes, quando esses artigos tinham uma oferta reduzida para os industriais ingleses, o Estado proibia completamente sua exportação. A indústria têxtil inglesa recebeu esse tipo de proteção. No começo do século XVIII, ela representava aproximadamente a metade das exportações da Inglaterra. Os ingleses proibiram a exportação de quase todas as matérias-primas e produtos semiacabados, ovelhas, lã, fios e estambre, que eram usados pela indústria têxtil.

Medidas visando ao desestímulo das importações também eram muito comuns. A importação de algumas mercadorias era proibida, e outras mercadorias pagavam direitos alfandegários tão altos que eram quase eliminadas do comércio. Dava-se ênfase especial à proteção das principais indústrias de exportação da Inglaterra contra a concorrência estrangeira que tentasse penetrar nos mercados internos das indústrias exportadoras.

É claro que essas restrições beneficiavam alguns capitalistas e prejudicavam outros. Conforme esperado, grupos especiais estavam sempre em conluio, para manter as restrições ou para estendê-las a diferentes áreas, de diferentes maneiras. Tentativas como os *Atos de Navegação* ingleses de 1651 e 1660 foram feitas para promover o uso de navios ingleses (fabricados na Inglaterra e com tripulação inglesa) no comércio de importação e exportação. Todas essas regulamentações do comércio exterior e dos transportes visavam a aumentar o fluxo de moeda para dentro do país e, ao mesmo tempo, diminuir a saída de moeda do país. É desnecessário dizer que muitas dessas medidas também decorreram de apelos e pressões de grupos de interesse especiais.

Além dessas restrições ao comércio exterior, havia um emaranhado de restrições e regulamentos destinados ao controle da produção interna. Além das isenções tributárias, dos subsídios e de outros privilégios usados para estimular a maior produção das indústrias exportadoras importantes, o Estado também se envolvia na regulamentação dos métodos de produção e da qualidade dos produtos produzidos. Na França, o regime de Luís XIV codificou, centralizou e ampliou os antigos controles descentralizados das guildas. Técnicas de produção específicas tornaram-se obrigatórias e foram aprovadas amplas medidas de controle de qualidade, com inspetores nomeados em Paris encarregados de fazer cumprir essas leis localmente. Jean Baptiste Colbert, famoso ministro e conselheiro econômico de Luís

XIV, foi o responsável pelo estabelecimento de regulamentos extensos e minuciosos. Na indústria têxtil, por exemplo, a largura de uma peça de tecido e o número exato de fios contidos nesse tecido eram rigidamente especificados pelo governo.

Na Inglaterra, o *Estatuto dos Artífices* (1563) transferiu, na prática, para o Estado as funções das antigas corporações de artífices. Levou ao controle central sobre o treinamento dos trabalhadores da indústria, sobre as condições de emprego e sobre a alocação de mão de obra em diferentes tipos de ocupação. A regulamentação dos salários, da qualidade de muitas mercadorias e de outros detalhes da produção interna também foi tentada na Inglaterra nessa época.

Não está exatamente claro até que ponto o pensamento mercantilista foi sinceramente motivado pelo desejo de aumentar o poder do Estado ou até que ponto foi um esforço mal disfarçado para promover os interesses especiais dos capitalistas. A distinção é relativamente sem importância, porque quase todos os mercantilistas acreditavam que a melhor maneira de promover os interesses do Estado era promover políticas que aumentassem os lucros dos mercadores-capitalistas. De muito maior interesse são as ideias mercantilistas sobre uma questão que será sempre mencionada neste livro: qual é a natureza e quais são as origens do lucro? São suas ideias sobre essa questão que abordaremos no próximo capítulo.

ESTADO  
LUCRO  
É  
A

### Notas do Capítulo 1

1. Uma discussão mais completa do sistema econômico e social medieval pode ser encontrada em J. M. Chapman e Eileen E. Powers, eds., *The Agrarian Life of the Middle Ages*. 2ª ed., *The Cambridge Economic History of Europe*, vol. 1. Londres: Cambridge University Press, 1966.
2. WHITE Jr., Lynn. *Medieval Technology and Social Change*. Oxford: Clarendon Press, 1962. p. 71-72.
3. MISKIMIN, Harry A. *The Economy of Early Renaissance Europe, 1300-1460*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1969. p. 20.
4. Um exemplo histórico concreto dos conflitos cada vez maiores no interior da classe feudal dominante e da consequente deterioração econômica e social do feudalismo antes do crescimento do comércio pode ser encontrado em BEITSCHER, Jane K. e HUNT, E.K. "Insights into the Dissolution of the Feudal Mode of Production". *Science and Society*, 40 (1), p. 57-71, 1976.
5. Uma discussão mais completa da ascensão do comércio e dos negócios pode ser encontrada em DILLARD, Dudley. *Economic Development of the North Atlantic Community*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1967, p. 3-17.
6. Ver DOBB, Maurice. *Studies in the Development of Capitalism*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1946. (Principalmente o Capítulo 4.)
7. A comutação envolvia a substituição do trabalho exigido do servo pelo pagamento de aluguel em dinheiro.
8. GRAS, NSB. *A History of Agriculture in Europe and America*. Nova York: Appleton, 1940. p. 108.
9. Ver DOBB. *Development of Capitalism*, capítulo 6.